

ELEIÇÃO DE 2014: “PAÍS DIVIDIDO” E QUESTÃO SOCIAL

Fábio Wanderley Reis

Professor Emérito da Universidade Federal de Minas Gerais

✉ fabiowr@uai.com.br

Resumo: O artigo aborda o panorama em que se inseriram as eleições de 2014, em especial a disputa presidencial, vista como desdobramento, nas feições que adquiriu, de um processo centrado no enfrentamento continuado entre PSDB e PT. Discutem-se a trajetória e a singularidade do Partido dos Trabalhadores no Brasil e a estabilidade e as novidades no apoio ao partido, em sua ligação com a questão social e a liderança pessoal de Lula. Finalmente, avaliam-se a conjuntura em que se dá a campanha e algumas prováveis consequências para o novo governo de Dilma Rousseff.

Palavras-chave: Eleições 2014; PT; PSDB; Lula; Dilma

Abstract: The article discusses the landscape in which the 2014 elections are inserted, especially the presidential race, seen, in its characteristics, as a consequence of a process centered in the continuous dispute between PSDB and PT. The article focuses on the trajectory and the uniqueness of Partido dos Trabalhadores in Brazil and the stability and innovations in the support to the party, in its connection with the social question and Lula's personal leadership. Finally, we evaluate the situation in which the campaign takes place and some likely consequences for the new government of Dilma Rousseff.

Keywords: 2014 elections; PT; PSDB; Lula; Dilma

As eleições de 2014, especialmente quanto à disputa pela Presidência da República, representaram o desdobramento do processo que o país tem vivido com o enfrentamento continuado entre PSDB e PT. Ressalta, nesse processo, a singularidade do PT na história dos partidos no Brasil, combinando a imagem de um partido de compromisso social e de princípios éticos, enraizado no sindicalismo e em movimentos sociais diversos, com o simbolismo popular difuso da figura de Lula e seu potencial de penetração eleitoral. A caminhada do partido rumo à Presidência da República produziu

um aprendizado pragmático em que a imagem inicial de radicalismo político foi superada. Já a chegada ao governo ensejou fatos altamente negativos em que o principismo ético-ideológico se viu corroído, resultando em rupturas, defecções e redefinições.

Tudo isso contribuiu para alterações relevantes na feição social geral do apoio eleitoral à força representada por Lula e o PT, diminuindo a importância relativa de setores ideologizados de classe média e produzindo, nos estratos socioeconômicos mais baixos do eleitorado, grande apoio em que a referência, em vez de ser o partido como tal com seu ideário inicialmente radical e socializante, tem sido antes, de maneira análoga aos velhos traços populistas e personalistas da política brasileira, a liderança pessoal de Lula. Pesquisas recentes têm mostrado com clareza as diferenças entre o apoio ao PT, de um lado, que tem sido há tempos o partido com que, de longe, a maior proporção de eleitores se identifica (na faixa dos 25%, em confronto com ao redor de 5% para o PMDB e o PSDB, os de maior apoio entre os demais), e, de outro lado, o apoio a Lula.¹ E mesmo entre os “lulistas”, em contraste com “petistas”, cabe distinguir os “lulistas novos”, que surgem na eleição de 2006, dos “lulistas antigos”, já presentes em 2002, com os primeiros revelando menor identificação com o governo Lula e avaliação menos positiva dele do que os últimos.²

Em 2010, o lulismo, como ingrediente crucial do que alguns passaram a designar como “lulo-petismo”, conseguiu realizar a proeza de assegurar a eleição para a Presidência do “poste” Dilma Rousseff, que teria sido obviamente incapaz de se viabilizar eleitoralmente por si mesma (o que tem

¹ Veja-se David Samuels e Cesar Zucco, “Lulismo, Petismo, and the Future of Brazilian Politics”, apresentado à conferência “Le Brésil de Lula: Héritage et Défis,” Universidade de Montreal, 11-12 de outubro de 2012 (http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2310761), p. 22.

² Veja-se Lúcio Rennó e Andrea Cabello, “As Bases do Lulismo: A Volta do Personalismo, Realinhamento Ideológico ou Não Alinhamento?”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 25, n° 74, outubro de 2010, p. 51.

desdobramentos negativos para expectativas mais ambiciosas quanto à própria liderança presidencial, em geral, que caberia esperar dela). Mas o reiterado enfrentamento com o PSDB ganhou naquele ano, em sentido relevante, uma face mais nitidamente partidária no que diz respeito ao PT. Dilma era, decerto, cria política direta de Lula; mas sua eleição sugeria resposta positiva à pergunta sobre se o personalismo lulista poderia vir a ganhar projeção institucional em termos partidários, mesmo que tal projeção devesse vir envolvida em condições deficientes na óptica do ideal de “partidos ideológicos” que serve de referência à frequente denúncia das precariedades dos partidos brasileiros. Uma perspectiva realista indagaria, diversamente, até que ponto a vitória de Dilma, devida inteiramente à força do lulo-petismo, não respaldaria a expectativa de eventual simplificação e consolidação de um sistema partidário real, em substituição a meras lealdades personalistas, nas circunstâncias em que vastas parcelas majoritárias do eleitorado popular do país se mostram amplamente desinformadas sobre política e alheias ao processo político-eleitoral.

Na eleição de Dilma, a resposta positiva à pergunta institucional indicada ganhava força por vir assentada num substrato de grande importância: a corroboração da nítida correlação entre o voto e a posição socioeconômica dos eleitores, com suas fortes projeções regionais, que a eleição de 2006 evidenciara de maneira inédita em eleições presidenciais. Essa correlação tem sido interpretada, em particular por André Singer, em termos de um “realinhamento” em que o lulismo representaria uma “ideologia” política peculiar, distinguida por aspirações distributivas, ou pela expectativa de ganhos propiciados pelo governo, que se combinariam com o anseio conservador pela ordem – interpretação que leva o autor a malabarismos em que o “povão” que vota em Lula, o “subproletariado”, aparece como portador de um projeto de “sumir” como tal, o qual, não sendo um projeto de

sociedade próprio da categoria, envolveria o desejo “inconsciente” de incorporação à sociedade moldada pelos interesses de outras camadas...³ Tais malabarismos evitam reconhecer desarmadamente algo mais simples: que o “povão” se orienta precariamente diante das complexidades do mundo político. A noção de “ideologia política”, com a relativa sofisticação que implica em seus portadores, contrapõe-se ao sentido de “ideologia” próprio da sociologia do conhecimento, onde se trata de difusas “mentalidades” a resultarem das condições sociais gerais de vida das pessoas, marcadas por um componente intelectualmente negativo ou deficiente e por *distorções* quanto à percepção da própria realidade social.⁴ Daí a falta de qualquer razão para se presumir que tais mentalidades se associem necessariamente com atributos positivos em termos de racionalidade, coerência, caráter progressista ou o que for: elas podem muito bem, ao contrário, ser desinformadas ou ignorantes, incoerentes, conservadoras ou reacionárias – e envolver, correspondentemente, maior ou menor instabilidade.

Isso está sem dúvida subjacente não só ao fato de que o lulismo seja diferente do PT ideológico e radical com que sonharam certas lideranças que lhe deram a conformação inicial, mas também ao fato de que difusas *imagens* e identificações, frequentemente de natureza personalista, sejam parte decisiva (ao lado da percepção de ganhos e às vezes *ao invés* dela) da explicação da atração e da fidelidade que o eleitorado popular possa vir a revelar quanto a um ou outro candidato ou partido.

De qualquer forma, 2010 mostrou Dilma, a companheira de partido que Lula apoiava e recomendava, a beneficiar-se da fidelidade a ele, em

³ Veja-se André Singer, *Os Sentidos do Lulismo: Reforma Gradual e Pacto Conservador*, São Paulo, Companhia das Letras, 2012, p. 156.

⁴ Para a elaboração desses dois sentidos de ideologia, veja-se Giovanni Sartori, “Politics, Ideology and Belief Systems”, *American Political Science Review*, vol. 63, n.º. 2, junho de 1969.

circunstâncias em que se preservava o claro contraste das bases socioeconômicas do lulo-petismo e do PSDB que haviam emergido em 2006. Os dois aspectos, o apoio do lulo-petismo a Dilma e o substrato socioeconômico do voto, repetem-se em 2014, e essa repetição redundava em tornar as coisas mais dramáticas: o contraste entre as bases socioeconômicas e regionais dos candidatos envolvidos no novo enfrentamento entre PT e PSDB se torna mais nítido; além disso, articulando-se com o fato em si da possibilidade de mais uma vitória petista, produz intenso ânimo beligerante. Mas o contexto que desaguou no enfrentamento especialmente belicoso dos dois partidos se deve também à irrupção de outros fatos importantes.

Cabe destacar inicialmente as manifestações de junho de 2013. Elas foram sem dúvida objeto de avaliações equivocadas, em que se exageraram seu significado e importância e se deixou de apontar (descontada a movimentação deflagrada inicialmente pelo Movimento Passe Livre e suas reivindicações), a confusão quanto aos objetivos visados, a ingênua e negativa disposição antipolítica, antipartidária e antiinstitucional e, na verdade, o caráter fútil de mera imitação de eventos análogos ocorridos um pouco antes ou simultaneamente pelo mundo afora – imitação produzida, em boa medida, pela simples novidade da disponibilidade dos eficazes instrumentos de mobilização representados por redes sociais e telefones celulares. Mas, erigidas as manifestações em extraordinários eventos democráticos e exibidas dias a fio sob luz positiva pela televisão, seu ânimo antipolítico teve algumas consequências de imediata relevância para a eleição de 2014: além da introdução vigorosa do tema da “insatisfação” e do desejo de “mudança” por parte da população brasileira (cuja existência dados pertinentes de mais de um tipo permitem questionar),⁵ tivemos as pesquisas revelando prontamente o

⁵ Veja-se Fábio W. Reis, “O Outono Quente e as Estações que Seguem”, *Interesse Nacional*, ano 6, n.º. 23, outubro-dezembro de 2013 (<http://interessenacional.com>).

crescimento significativo do apoio a Marina Silva, beneficiada pela imagem convergente com o antipoliticismo que já trazia de 2010, e, em contraste, a enorme queda do apoio a Dilma. De passagem, note-se que essa estranha e estrepitosa queda, pela instabilidade que evidencia, contribui para falsear a visão do apoio à presidente como sendo de natureza “ideológica” em qualquer sentido um pouco mais exigente da expressão.

O papel de Marina na eleição de 2014 foi, naturalmente, de grande importância, além de ajustar-se às deficiências que aqui se apontam na relação do eleitorado popular com a política. A figura política de Marina é complexa: evangélica, ambientalista, de saúde precária, imagem de integridade e mesmo de “santidade”, combinada com a condenação à “velha política”, e reproduzindo o perfil do próprio Lula em suas origens modestas e trajetória de vida, ela certamente atraiu tipos diversos de eleitores – o que incluiu a penetração de alguma intensidade nas camadas mais pobres, que as pesquisas eleitorais revelaram e que a situava em posição intermediária quanto ao contraste nas bases socioeconômicas do PSDB e do lulo-petismo. Além disso, sua emergência como candidata propriamente à Presidência da República se deu nas especialíssimas condições criadas pela morte súbita de Eduardo Campos e a comoção produzida, que resultaram na elevação instantânea dos índices de apoio eleitoral com que já contava. A impressão de que estava destinada a vencer a eleição lhe possibilitou ainda o apoio adicional de eleitores cuja motivação básica era o ânimo anti-PT ou anti-Lula. Mas a campanha e a necessidade de envolver-se em aspectos menos edificantes do jogo político real revelaram rapidamente as inconsistências de sua imagem complexa, comprometendo o apoio que de início pareceu avassalador. E o processo em que isso se deu, envolvendo o desgaste gradual na luta com Aécio Neves para ir ao segundo turno, resultou em trazer à candidatura de Aécio um impulso com que provavelmente não teria contado em outras

circunstâncias. Donde o desdobramento de que a renhida disputa do segundo turno entre Aécio e Dilma e a vitória apertada da Presidente viessem acirrar a frustração da derrota para os apoiadores de Aécio e do PSDB (que chegaram a festejar a vitória) e, em geral, os efeitos sócio-psicológicos da polarização belicosa.

Esse desfecho da eleição de 2014 traz, sem dúvida, uma feição nova ao prolongado enfrentamento entre PSDB e Lula/PT. Em princípio, ao contrário de “denúncias” feitas por Marina Silva com base em aposta claramente idealista incluída entre as inconsistências de sua “nova política”, a polarização do processo eleitoral entre os dois partidos não tem por que ser vista como algo negativo. Ela pode representar antes uma razão para a expectativa de eventual superação das condições que têm caracterizado o nosso “presidencialismo de coalizão”, na designação de Sérgio Abranches, em que a excessiva fragmentação partidária e a multiplicação dos partidos nanicos e das “legendas de aluguel” tornam o presidente da República, qualquer que seja o seu partido, refém da necessidade de envolver-se permanentemente em barganhas menores e “pragmáticas” se quiser desfrutar de condições de governança efetiva e da possibilidade de executar políticas públicas de maior alcance –, barganhas estas que raramente são suficientes para garantir compromissos estáveis e que, pela natureza do jogo, com frequência colocam o governo diante de chantagens renovadas.⁶

É claro, a polarização político-partidária pode, em determinadas circunstâncias, tornar-se negativa e “disfuncional”, como mostra, em especial, a dinâmica política dos Estados Unidos em tempos recentes. Mas o

⁶ Na verdade, a fragmentação partidária, como tal, é somente um aspecto do quadro que assim se estabelece. O PMDB é, naturalmente, o grande exemplo de partido grande e eleitoralmente vigoroso a atuar com protagonismo num jogo de pragmatismos e barganhas, que levou mesmo a que o rótulo de “peemedebismo”, em vez de “presidencialismo de coalizão”, chegasse a ser proposto como designação supostamente mais apropriada para caracterizar o processo político brasileiro das últimas décadas. Veja-se Marcos Nobre, *Imobilismo em Movimento*, São Paulo, Companhia das Letras, 2013.

fundamento da expectativa favorável em nosso caso não é senão reforçado pela nítida e insistente correlação do voto com a posição socioeconômica dos eleitores que emergiu nas disputas presidenciais e em que certas análises quiseram ver a emergência de um “país dividido”. Na verdade, a grande divisão não é de hoje, e a novidade é que, substituindo-se ao secular amorfismo da vida política brasileira herdado de nossa tradição de escravismo e da desigualdade social resultante, a correlação mencionada redundava em trazer, com singular nitidez, a “questão social” para o cerne da disputa político-eleitoral.

Algumas consequências importantes derivam. Assim, mesmo perdurando a atuação de mecanismos personalistas e populistas, fatais na simples operação da democracia nas condições de desigualdade que persistem, essa novidade permite contrapor em termos positivos um populismo de traços e consequências igualmente novas ao componente fraudulento dos mecanismos clientelistas e populistas de sempre. De forma correlata, a intensa penetração da política eleitoral pela “questão social” produz como efeito algo que certa literatura estadunidense andou chamando “a política do ‘eu também’”, em que mesmo os oponentes de determinado programa ou conjunto de políticas, dada a força eleitoral que adquire, não podem senão aderir a ele, ainda que procurem diferenciar sua posição por um ou outro traço especial: lembre-se Aécio Neves a propor a transformação do Bolsa Família em política de Estado, ou Marina Silva a propor acrescentar-lhe um “13º. salário”... A prioridade que a política social nunca chegou a ter, tudo indica, está agora aí para ficar.

Mas a conjuntura é certamente de nuvens pesadas. As dificuldades econômicas, seja como for que se devam combinar, em sua avaliação correta, os erros da política econômica sob Dilma Rousseff e os problemas da economia mundial; as proporções assumidas pelas revelações das

investigações da Polícia Federal sobre corrupção na Petrobrás, ameaçando transbordar em abalo maior do que o da grande crise do “mensalão” de anos atrás, não obstante o que tem de razoável a pergunta sobre o que há mesmo de novo na feiura agora desvendada;⁷ o singular desassossego produzido pela articulação de tais problemas com as condições de psicologia coletiva intensamente negativas criadas pela própria eleição e extremadas até em apelos golpistas; a escassez ou mesmo ausência, nesse quadro preocupante, de lideranças que se destaquem por sagacidade e equilíbrio... Esperemos que a institucionalização da democracia brasileira que pudemos alcançar ao longo das três últimas décadas seja suficiente para que o país ultrapasse a turbulência imediata a um custo aceitável. E talvez para permitir as reformas políticas que respaldem a promessa contida nos avanços realizados.

Referências

- SAMUELS, David J.; ZUCCO, Cesar. Lulismo, Petismo, and the Future of Brazilian Politics. In: LE BRÉSIL DE LULA: HÉRITAGE ET DÉFIS. Montreal: Universidade de Montreal, 11-12 de outubro de 2012 Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2310761>, p. 22, 2012.
- RENNÓ, Lúcio; CABELLO, Andrea. As Bases do Lulismo: A Volta do Personalismo, Realinhamento Ideológico ou Não Alinhamento? *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 25, n. 74, out. de 2010, p. 51.
- SINGER, André. *Os Sentidos do Lulismo: Reforma Gradual e Pacto Conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 156.
- SARTORI, Giovanni. Politics, Ideology and Belief Systems. *American Political Science Review*, v. 63, n. 2, jun. de 1969.
- REIS, Fábio W. O Outono Quente e as Estações que Seguem. *Interesse Nacional*, ano 6, n. 23, outubro-dezembro de 2013 Disponível em: <<http://interessenacional.com>>
- NOBRE, Marcos. *Imobilismo em Movimento*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- SEMLER, Ricardo. Nunca se Roubou Tão Pouco. *Folha de S.Paulo*, 21/11/2014, p. 3. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/196552-nunca-se-roubou-tao-pouco.shtml>>

⁷ Veja-se, em especial, Ricardo Semler, “Nunca se Roubou Tão Pouco”, *Folha de S.Paulo*, 21/11/2014, p. 3.